Ata da Sessão Extraordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campinas, realizada aos vinte e seis dias do mês de abril de 2016, às quinze horas e quinze minutos, em sua sede sito à Rua Ferreira Penteado, nº 1.331, Centro. Estiveram presentes: **Titulares do Poder Púbico:** Maria José Geremias, Mariana Augusta Pereira dos Santos, Walter Rhis. **Suplentes do Poder Público:** Margarete Savassa Daniel Montanhaur e Elaine Cristina Garcia Ramos. **Titulares da Sociedade Civil:** Cláudio R. Raizaro, Rodrigo Otávio Teixeira Neto, Ruth Maria de Oliveira e Diego dos Santos Sampaio. **Suplentes da Sociedade Civil:** Liselene C.da Cunha e Tatiane F.S. Zamai. As ausências justificadas são de Tânia M.C.Marcucci Oliveira, Angela Maria Bassora, Ana Paula Gigobelo Farres, Renata Ferreira Baronti, Suely Martins Guirado, Cláudio José Nascimento de Oliveira, Eulanda de Mello Bruno, Simone Rita Zanelato, Cristiane Maria Correia e Lilian Oliveira Rodrigues. Estiveram presentes os convidados: Adriana Postal (Embaixadores da Prevenção), William Mazolini (SMCAIS), Júlio A. Guimaraes (CMPCA), Kleber Tandelo Pereira (Aldeias Infantis SOS Brasil), André Luis Trincha Sueitt (Casa Verde – Instituição Padre Haroldo Rahm). **PAUTA: 1-** Apresentação da Comissão de “Proteção Social Especial de Alta Complexidade”: O presidente Rodrigo abriu a sessão cumprimentando todos os presentes e, após informar a pauta, passou a palavra para a conselheira Maria José, coordenadora da Comissão da Proteção Social Especial de Alta Complexidade que, em conjunto com a sua equipe: William e Júlio e alguns convidados da Rede que executa Serviço de acolhimento institucional, a saber: André Luis Trincha Sueitt – representando o coordenador da Casa Verde (Instituição Padre Haroldo Rahm) e Kleber Tandelo Pereira - gestor da entidade Aldeias Infantis SOS Brasil, que apresentarão os trabalhos da Comissão. Maria José inicia informando que o município conta hoje com um total de 29 unidades de acolhimento institucional para crianças e adolescentes e mais 02 Repúblicas – que atende público acima dos 18 anos, totalizando, nesse momento, 502 pessoas atendidas. Seguem as unidades: 02 Repúblicas (feminina e masculina); 07 abrigos; 01 abrigo especializado; 02 casas de passagem – Casa Verde e Casa Betel; 16 Casas lares; 01 Casa Lar para adolescentes grávidas; 02 Serviços de Família Acolhedora e um Programa de Apadrinhamento Afetivo. Maria José também informa sobre o Programa Guarda subsidiada – com recurso já reservado pela Comissão e com previsão de implantação no município ainda neste ano. Informa, ainda, que em alguns momentos, apesar de todo esse conjunto de unidades, ainda assim há uma demanda reprimida que hoje está na casa de 30 vagas. Maria José, a sua equipe e os convidados, refletem sobre os principais desafios que estão vivenciando, dentre eles destaca o número crescente de adolescentes com problemas de saúde mental nos abrigos, atitudes como tentativas de suicídio, autoflagelação, violências e agressões extremas entre eles e para com os educadores etc. Apontam que essa situação se agrava devido os CAPSi não atenderem aos finais de semana e, assim, não restando muita opção para os técnicos dos abrigos quando se deparam com uma situação-limite desse tipo. Informam que são disponibilizados pela Saúde apenas 02 leitos no Hospital Ouro Verde em caso de emergência, mas que, definitivamente, não atende à atual necessidade nem dos abrigos, quanto mais do município. O coordenador Júlio do CMPCA, pontua que está chegando para os abrigos uma demanda que não é só da assistência social, mas que envolve outras políticas, inclusive da educação e da saúde. Não basta o diagnóstico fechado de um CID pelos técnicos da saúde, só isso não resolve a situação. Mas há de se pensar em como vai atender efetivamente a situação dessa criança/adolescente. André comenta que o processo de tratamento, sobretudo nos CAPSi, não é tão rápido como às vezes se pensa. Alguns casos, percebe-se resultado positivo já nos primeiros meses de tratamento mas, dependendo do caso, demoram-se alguns anos. Então um outro desafio é como lidar com esse “tempo” com os adolescentes, ou seja, enquanto o tratamento não dê muitas respostas, qual a resposta que as entidades têm para apresentar e desenvolver, de forma que atenda de fato aos anseios e ajude os adolescentes a superarem suas dificuldades num projeto de vida envolvente e eficaz. O conselheiro Cláudio pergunta para a equipe como está sendo trabalhado a questão da reintegração da criança e do adolescente para o convívio familiar e comunitário – uma vez que esta é uma das principais questões que o ECA aponta para realização do Serviço e que a Comissão de Registro inclusive leva muito em consideração esse ponto para fins de obtenção/ revalidação de registro nesse Conselho e, se a Comissão, de algum modo, tem contemplado em suas ações estratégias de advocacia, isto é, um trabalho mais amiúde no legislativo e outros órgãos que julguem estratégicos para atuar nas questões estruturais e sistêmicas do município, atuando assim também nas causas e não somente nos efeitos que levam ao

rompimento dos vínculos familiares. Maria José informa que diante de todos os desafios apresentados está cada vez mais difícil o êxito na reintegração das crianças e adolescentes para suas famílias, mas realça que esta é a perspectiva do Serviço e esforçam-se o máximo para atingir esse objetivo. William informa que atualmente cerca de 120 crianças estão destituídas do poder familiar e que estão preferencialmente nas Casas Lares aguardando por adoção e, por isso, sem perspectiva de reintegração na sua família nuclear ou extensa, mas reforça que a questão da reintegração é trabalhada nos abrigos desde o primeiro dia que a criança/adolescente dá entrada na unidade. O presidente Rodrigo reforça que diante de tantos desafios, que cabe ao CMDCA, adotar alguns encaminhamentos, a serem posteriormente detalhados, visando solucionar os seguintes desafios e que se tornam agora para nós, prioridades, a saber: Intensificar e qualificar a formação para os técnicos da alta complexidade; Implantação de pelo menos 01 CAPSi III - de atendimento ininterrupto (24 horas); e a participação efetiva dos equipamentos/profissionais da saúde nos casos que demandarem essa atuação específica no atendimento. Nada mais havendo a tratar, o presidente Rodrigo encerrou a sessão às 17h15min e eu, Cláudio Roberto Raizaro, lavrei a presente ata.